

JUL 30 2005
COLEGIADA
09 12 05



JUCESP PROTOCOLO
973979/05-7



PANAMERICANO ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ nº 02.682.287/0001-02

NIRE: 35300156935

Companhia Aberta

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2005**

LOCAL E HORA: Em 02 de dezembro de 2005, às 10:00 horas, na Avenida Paulista, nº 2240, 13º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

MESA: A reunião foi dirigida pelo Presidente do Conselho, Dr. Luiz Sebastião Sandoval e secretariada pelo sr. Rafael Palladino, membro do Conselho de Administração da sociedade.

PRESENÇA: Compareceu a totalidade dos membros conselheiros da Panamericano Arrendamento Mercantil S.A. ("Companhia"), os Srs. Luiz Sebastião Sandoval, Henrique Abravanel e Rafael Palladino.

CONVOCAÇÃO: Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.



JUL 30
09 12 05

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a re-ratificação da ata da Reunião do Conselho de Administração ("RCA") realizada em 24 de outubro de 2005, que deliberou a 3ª emissão pela Companhia de debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinadas aos demais credores da Companhia, para distribuição pública.

DELIBERAÇÕES APROVADAS POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES: (i)

foi aprovada a retificação das alíneas (j), (n), (p), (q), (r) e (t) do item (i) da deliberação constante da ata de RCA realizada em 24 de outubro de 2005, que passarão a vigorar com a seguinte redação: "**(j) remuneração:** as Debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 108% (cento e oito por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, extra-grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação ("Taxa DI"), incidente sobre o valor nominal unitário da Debênture, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão até a data do seu efetivo pagamento ("Remuneração"); no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da

JUL 09

09 12 05

Companhia quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal, o agente fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos da ocorrência de referido evento, convocar assembléia geral de debenturistas para definir, de comum acordo com a Companhia, o parâmetro a ser aplicado. Referida assembléia de debenturistas deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a sua convocação. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na escritura de emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da assembléia geral de debenturistas. Caso o novo parâmetro proposto não seja aprovado por debenturistas que representem, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação, a Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva assembléia geral de debenturistas, pelo seu valor nominal unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso; nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será

JUL 30
09 12 05

utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso o novo parâmetro proposto por debenturistas que representem, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação não seja aprovado pela Companhia, a Companhia optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas estabelecidas nas alíneas (i) e (ii) abaixo, obrigando-se a comunicar por escrito ao agente fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida: (i) a Companhia deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da realização da respectiva assembléia geral de debenturistas, pelo seu valor nominal unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da remuneração, conforme o caso; nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou (ii) a Companhia deverá propor novo cronograma, diferente do original, para pagamento do valor nominal unitário acrescido da Remuneração devida nos termos da escritura de emissão, o qual não excederá a Data de Vencimento; nesta alternativa, durante o novo cronograma de pagamento das Debêntures, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida originalmente, observado que, até a amortização integral das

JUL 13 05

Debêntures, será utilizado o parâmetro de remuneração definido pelos Debenturistas e apresentada à Companhia na referida assembléia geral de debenturistas, ficando desde já estabelecido que será vedado à Companhia amortizar as Debêntures em outra data que não aquela estabelecida no novo cronograma apresentado aos debenturistas, ficando a Companhia obrigada a celebrar com o agente fiduciário o respectivo aditamento à escritura de emissão."; "(n) **amortização:** as Debêntures serão integralmente amortizadas na Data de Vencimento."; "(p) **resgate antecipado:** à Companhia reserva-se o direito de resgatar antecipadamente as Debêntures em circulação, a qualquer momento, mediante deliberação do Conselho de Administração e publicação de "Aviso aos Debenturistas" com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do efetivo resgate, informando a data, o volume ou número de Debêntures que pretende resgatar e o procedimento de resgate. O resgate antecipado poderá ser total ou parcial, pelo valor nominal unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data do pagamento das Debêntures resgatadas. Não será devido, pela Companhia, qualquer valor referente a prêmio ou bônus sobre o saldo a ser resgatado"; "(q) **vencimento antecipado:** o agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da escritura de emissão das Debêntures e exigir da Companhia o pagamento integral do valor nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração e de

5

JUL 23

09 12 05

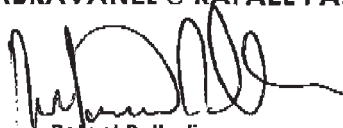
quaisquer outros valores eventualmente devidos, calculados *pro rata temporis*, até a data do pagamento das Debêntures declaradas vencidas, em qualquer das seguintes hipóteses: (i) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia em montante superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), não sanado em 30 (trinta) dias contados a partir da data do protesto; (ii) intervenção, liquidação ou declaração de falência da Companhia; (iii) falta de cumprimento pela Companhia de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista na escritura de emissão, desde que não sanado em 30 (trinta) dias, contados do aviso escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário; (iv) prática, pela Companhia, de quaisquer atos em desacordo com seu Estatuto Social, bem como aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas na escritura de emissão; (v) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia em razão de inadimplência contratual, em montante superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), que possa de qualquer forma vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes desta Emissão; (vi) qualquer alteração no controle direto ou indireto da Companhia; e (vii) falta de cumprimento pela Companhia de toda e qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão. A ocorrência do evento indicado no subitem (ii) ou (vii) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos debenturistas. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados

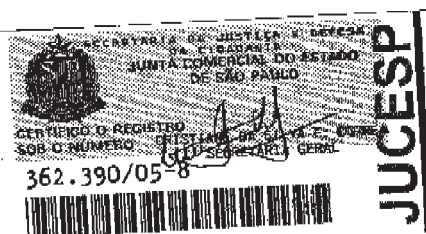
7

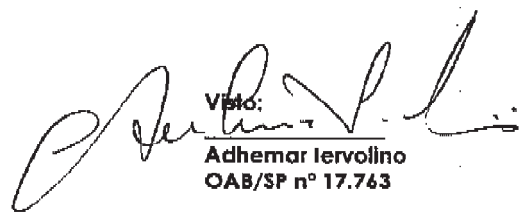
ENCERRAMENTO

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a deliberar, o Sr. Presidente deu por encerrados e concluídos os trabalhos. Em seguida, suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata sob forma de sumário. Reaberta a sessão, foi esta ata lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Certificamos que a presente ata foi lavrada no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia, ficando autorizada a sua publicação. São Paulo, 02 de dezembro de 2005.

aa) Luiz Sebastião Sandoval – Presidente da Mesa; Secretário: **Rafael Palladino**; Membros Conselheiros Presentes: **LUIZ SEBASTIÃO SANDOVAL; HENRIQUE ABRAVANEL e RAFAEL PALLADINO.**


Rafael Palladino
- Secretário -




Visto:
Adhemar Iervolino
OAB/SP nº 17.743